

Ata da 12ª Assembleia Geral Ordinária
Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dezenove horas e quinze minutos, no auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, em segunda convocação, teve início a 12ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP, convocada por intermédio do edital publicado na edição nº 1120 do Jornal Oficial, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Aprovação da ata da 11ª AGO; 3) Designação do Coordenador da Comissão Temática de Acompanhamento das Ações do Governo; 4) Discussão sobre trabalhos da Comissão Temática de Acompanhamento das Ações do Governo. A assembleia contou com a participação de onze Conselheiros, representantes da sociedade civil e três Conselheiros representantes do Poder Público, cujas presenças estão assinaladas no Livro de Presença. As Conselheiras Leslie Calzavara Carreiro e Tânia Maria do Nascimento justificaram suas ausências. Do Poder Público não compareceu nenhum representante das SEMUSA, SESEP, SEMOP e SEMAP.

1) Informes: o Presidente do CMPOP, Conselheiro Vanderlei Campos declarou que a SEGEP ainda não recebeu resposta conclusiva do SAAE a respeito da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. O Conselheiro Márcio Senna, representante da SEGEP esclareceu que a nova versão da LOA 2020, enviada para a Câmara no dia três de janeiro p.p., apresenta os mesmos números constantes da primeira versão rejeitada pela Câmara. O Conselheiro Antonio Augusto B. Lobo informou que ocorreu uma segunda reunião com a ASCOMTI visando o desenvolvimento do aplicativo para coletar as demandas dos munícipes (OP On-line) e cuja principal característica será apresentar uma interface amigável para uso do terminal móvel. Uma terceira reunião já está agendada para o dia treze de fevereiro. Ao citarmos o OP On-line e a decorrente atuação do munícipe, a discussão voltou-se para a baixa participação dos moradores de alguns setores no ano passado e os temores em relação à participação dos moradores neste ano, haja vista que a LOA 2020 proposta pelo Executivo não contemplou a principal demanda apontada pelos munícipes. Este cenário trouxe novamente à baila a implantação de um mecanismo interativo que sirva para despertar a população, sugerido no passado pelo Conselheiro Sérgio Adriane Pires. Alguns conselheiros se manifestaram expondo suas preocupações em relação aos rigores técnicos e equilíbrio que devem cercar qualquer publicação do CMPOP, restando ajustado que o Conselheiro Sérgio Adriane, autor da proposta original, fará uma análise das possíveis ferramentas – “fan-page”, página no Facebook ou outra, acrescentando regras para funcionamento. Finalizado um esboço, a discussão se travará no grupo de WhatsApp e a conclusão será definida na próxima assembleia geral ordinária programada para o dia treze de fevereiro. Ainda sobre os temores da baixa participação da sociedade, a Conselheira Marisa Dias sugeriu a realização de reuniões segmentadas por função, tal como ocorre em outros municípios. Concluímos, contudo, que a eventual realização das reuniões segmentadas por função não dispensa a realização das reuniões segmentadas por setores, como exigido no inciso II do artigo 3º da Lei 2159/2018.

2) Aprovação da ata

da 11ª AGO: a ata da 11ª AGO, cuja minuta foi distribuída para todos os conselheiros via mensagem eletrônica (e-mail ou WhatsApp) foi aprovada sem restrições. 3) Designação do Coordenador da Comissão Temática de Acompanhamento das Ações do Governo: as ausências das Conselheiras Rita Martins e Mara Moreira prejudicaram a discussão deste item. 4) Discussão sobre trabalhos da Comissão Temática de Acompanhamento das Ações do Governo: o Presidente do CMPOP lembrou que a ideia inicial foi delegar à Comissão Temática o estabelecimento da metodologia e a consequente execução, mas face a falta de resultados resolveu debater o tema em plenária. O Conselheiro Lobo se pronunciou entendendo que a tarefa da Comissão é muito grande e que deveríamos limitar o escopo. O Conselheiro Vanderlei Campos concordou que a proposta é bastante audaciosa, mas que caberia à própria Comissão definir e justificar os limites de sua atuação. Acrescentou que julga a abordagem inicial muito tímida – somente análise do quadro de pessoal, deixando para mais tarde o acompanhamento das obras, dos serviços, do controle patrimonial, da revisão ou elaboração de planos, das licitações do serviço de transporte, da ativação da UPA, dentre outros. O Vice-presidente Pedro Barbosa de Carvalho lembrou que temos ainda um ano de trabalho pela frente e que deveríamos atentar para a recomposição do Conselho. O Presidente fará análise da frequência dos Conselheiros para apurar se teremos mais desligamentos e se incidiremos nas hipóteses de recomposição previstas na Lei e no Regimento Interno. A Comissão deverá apresentar, na próxima assembleia geral ordinária, um relatório escrito das tarefas realizadas, ocasião na qual será aceita a inclusão de outros Conselheiros e designado um novo coordenador. Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada às vinte e uma horas e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Claci Heinrichs - Secretária e Vanderlei Campos, Presidente do CMPOP.